

Jornalismo esportivo para a cultura de paz: contribuições para aproximações teóricas

Sports journalism for peace culture: contributions to theoretical approaches

Periodismo deportivo para la cultura de paz: aportaciones para enfoques teóricos

Matheus Ramalho Orlando¹

Carlo José Napolitano²

Raquel Cabral³

Resumo: Este artigo propõe aproximações teóricas e empíricas entre o jornalismo esportivo e o jornalismo para a cultura de paz, o que resultaria na aplicação, na mídia esportiva, de conceitos e preceitos do jornalismo para a paz. O texto apresenta os conceitos de violência direta, estrutural e cultural e de paz positiva e paz negativa, conforme ensina Johan Galtung, e discute a necessidade da comunicação para a paz e do jornalismo para a paz. Em seguida, defende o estabelecimento do jornalismo esportivo para a cultura de paz, já que o mundo do esporte é acometido por inúmeras manifestações de violência direta, estrutural e cultural. Contudo, a mídia especializada tende a abordar esse tipo de acontecimento de maneira superficial ou apenas no calor dos acontecimentos, sem se aprofundar em causas ou desdobramentos e sem tentar ampliar os olhares e ouvir mais lados envolvidos ou interessados na questão, apontando culpados e atendo-se a fontes oficiais. Assim, um jornalismo esportivo para a paz não apenas é necessário como oferece amplo escopo de investigação acadêmica – o esporte é trespassado por questões como conflitos entre torcedores, violência policial, elitização, racismo, homofobia, xenofobia, machismo e variadas demonstrações de violência. Espera-se que este artigo possa embasar futuras pesquisas, para que o jornalismo esportivo para a cultura de paz ganhe adesão em termos acadêmicos, nas universidades, e profissionais, na mídia esportiva.

Palavras-chave: Jornalismo para a Paz. Jornalismo Esportivo. Cultura de Paz. Violência. Galtung.

Abstract: This article proposes theoretical and empirical approaches between sports journalism and journalism for the culture of peace, which would result in the application, in sports media, of concepts and precepts of peace journalism. The text presents the concepts of direct, structural and cultural violence and positive peace and negative peace, according to Johan Galtung, and

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, São Paulo, Brasil, matheus.orlando@unesp.br.

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, São Paulo, Brasil, carlo.napolitano@unesp.br.

³ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, São Paulo, Brasil, raquel.cabral@unesp.br.

discusses the need for peace communication and peace journalism. Then, it defends the establishment of sports journalism for the culture of peace, since the world of sport is affected by numerous manifestations of direct, structural and cultural violence. However, the specialized media tends to approach this type of event superficially or only in the heat of events, without delving into causes or developments and without trying to broaden the eyes and listen to more sides involved or interested in the issue, pointing out the culprits and listening only to official sources. Thus, sports journalism for culture of peace is not only necessary but offers a wide scope of academic research - sport is pierced by issues such as conflicts between fans, police violence, elitization, racism, homophobia, xenophobia, machismo and various demonstrations of violence. It is hoped that this article can support future research, so that sports journalism for culture of peace gains adherence in academic terms, in universities, and professionals terms, in the sports media.

Keywords: Journalism for Peace. Sports Journalism. Peace Culture. Violence. Galtung.

Resumen: Este artículo propone acercamientos teóricos y empíricos entre el periodismo deportivo y el periodismo para la cultura de paz, que resultaría en la aplicación, en los medios deportivos, de conceptos y principios periodísticos para la paz. El texto presenta los conceptos de violencia directa, estructural y cultural y paz positiva y paz negativa, como dijo Johan Galtung, y discute la necesidad de comunicación por la paz y periodismo por la paz. Después, defiende la implantación del periodismo deportivo por la cultura de paz, ya que el mundo del deporte se ve afectado por numerosas manifestaciones de violencia directa, estructural y cultural. Sin embargo, los medios especializados tienden a abordar este tipo de eventos de manera superficial o solo en el fragor de los eventos, sin ahondar en causas o desarrollos y sin intentar abrir los ojos y escuchar a más lados involucrados o interesados en el tema, señalando a los culpables y remitiéndose a fuentes oficiales. Así, el periodismo deportivo por la paz no solo es necesario, sino ofrece un amplio campo de investigación académica: el deporte está atravesado por cuestiones como los conflictos entre aficionados, la violencia policial, la elitización, el racismo, la homofobia, la xenofobia, el machismo y diversas manifestaciones de violencia. Se espera que este artículo sirva de apoyo a futuras investigaciones, para que el periodismo deportivo por una cultura de paz gane adherencia en términos académicos, en universidades, y profesionales, en los medios deportivos.

Palabras clave: Periodismo para la Paz. Periodismo deportivo. Cultura de Paz. Violencia. Galtung.

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo para a paz é um campo que tem sido, já há algum tempo, bastante explorado por estudos acadêmicos brasileiros. Com base nas reflexões teóricas de Johan Galtung sobre violência cultural e na diversidade teórica oferecida pelos estudos para a paz, pesquisadores e pesquisadoras têm se dedicado a investigar as intersecções entre cultura para a

paz, comunicação e jornalismo. Entretanto, o jornalismo é uma área ampla, que oferece inúmeras possibilidades de investigação, e uma editoria específica parece não ter sido abrangida pelas pesquisas que envolvem os estudos para a paz: o jornalismo esportivo.

De fato, o jornalismo esportivo é objeto de incontáveis estudos no campo comunicacional, tanto no Brasil quanto no exterior. Não faltam artigos, dissertações e teses a respeito da mídia esportiva e das inúmeras oportunidades acadêmicas da área – este é, na verdade, um campo em franco crescimento. Mas as pesquisas sobre jornalismo esportivo e jornalismo para a paz ainda não se inter-relacionaram de maneira contundente – e por que não investir em relações teóricas e empíricas que conectem essas duas áreas?

Por um lado, o jornalismo como um todo necessita ser pensado a partir de estratégias que reforcem a cultura para a paz: a imprensa reporta, comenta e interpreta diariamente milhares de fatos relacionados aos mais variados tipos de conflitos. Por outro, o jornalismo esportivo não deixa de ser permeado por acontecimentos que também remetem a conflitos. Muitas das violências retratadas no jornalismo geral são reproduzidas no jornalismo esportivo, e vice-versa: violência de gênero, contra as comunidades LGBT, de raça, policial, xenofóbica, elitista, entre outras.

A partir desse cenário, o presente artigo tem o objetivo apresentar uma discussão a partir das contribuições do jornalismo para paz e do jornalismo esportivo para uma proposta teórica de um jornalismo esportivo para a cultura de paz. A ideia é que o presente trabalho possa, futuramente, embasar novos estudos sobre o tema, aprofundando a busca pela consolidação de pesquisas sobre a temática.

A justificativa para a elaboração deste trabalho se dá pelo fato de que o esporte é acometido por variados tipos de violência, que atingem atletas, trabalhadores do entorno, torcedores, dirigentes e até mesmo jornalistas. Por essa razão, faz sentido que a mídia esportiva possa ser pensada a partir de princípios do jornalismo para a cultura de paz.

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica e exploratória para discutir reflexões em torno do jornalismo esportivo no contexto do jornalismo para paz. Baseia-se principalmente em autores como Johan Galtung (1969; 1985; 1990; 2003; 2004; 2006) para o entendimento de conceitos relacionados à violência e à cultura de paz, e outros autores e autoras, como Lopes e Palhares (2016), oferecem embasamento sobre jornalismo para a paz envolvendo os conceitos de Galtung e o jornalismo esportivo.

Optou-se por dividir o corpo do texto em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, o artigo discute os conceitos de violência, relacionando-os com o mundo do esporte. Na sequência, volta-se brevemente aos estudos para paz. A terceira seção discorre sobre jornalismo para a paz. Por fim, a quarta e última subdivisão se debruça sobre a proposta de uma conceituação do jornalismo esportivo para a cultura de paz, concluindo que se justifica e se aponta a viabilidade e a necessidade de estudos e pesquisas nessa dimensão, considerando que são bastante frequentes as associações entre jornalismo esportivo e violência.

2 VIOLÊNCIA E SUAS INTERSEÇÕES COM ESPORTE

Neste espaço são usadas as contribuições do sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung (1969; 1985; 1990; 2003; 2004; 2006) para definir violência e paz. Autor de extensa literatura sobre esses assuntos, Galtung é considerado o fundador dos estudos para a paz, sendo que suas publicações inspiraram desdobramentos teóricos diversificados, em várias áreas do conhecimento.

O pensador é hoje nonagenário, e permanece atuante. Por isso, seus escritos foram modificados e evoluíram ao longo dos séculos 20 e 21. Como não é o objetivo deste texto traçar a cronologia dos estudos sobre violência e paz, opta-se por empregar as definições mais recentes e atualizadas desenvolvidas por este autor.

Segundo Galtung (1969; 2003), a violência, um fenômeno multifacetado e generalizado, pode ser classificada em três categorias: direta, estrutural e cultural. O primeiro tipo refere-se a agressões, físicas ou verbais, que são visíveis, ou seja, que poderiam ser registradas em imagens e áudio e pelas quais podemos identificar autor e vítima. São exemplos de violência direta: xingamentos, ofensas, roubos, violência doméstica, assassinatos e genocídios.

No contexto esportivo, notadamente no futebol, a modalidade mais popular no Brasil e no mundo e que recebe mais atenção midiática, boa parte da violência poderia ser definida como direta. Trata-se de brigas entre atletas, conflitos entre torcedores, violência policial contra torcedores, depredação de patrimônio público ou particular por torcidas, entre outras manifestações de agressão que são, geralmente, bastante noticiadas pelos veículos de comunicação.

Na violência estrutural, também chamada de sistêmica ou indireta, as vítimas são visíveis, mas os agressores estão ocultos por trás de estruturas e sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Fome, a não alfabetização de crianças e adultos, pobreza, desemprego e crises de refugiados são exemplos desse tipo de violência: é possível identificar facilmente as vítimas, mas os responsáveis pelas agressões estão difusos, velados.

Assim como a violência direta, a violência estrutural também está presente no esporte: é o caso de quando uma atleta ou equipe feminina recebe uma premiação em dinheiro menor que a dos correspondentes masculinos, mesmo em condições similares de visibilidade e atratividade. A falta de pessoas negras em espaços de prestígio no esporte, como na função de técnico e nos cargos de chefia administrativa e direção dos clubes, também representa uma violência sistêmica.

Pouco a pouco, a violência estrutural também vem sendo denunciada pela imprensa esportiva, embora provavelmente com menos ênfase e clamor que as notícias sobre violência direta. Contudo, a própria estrutura do jornalismo esportivo poderia ser enquadrada como indiretamente violenta, já que histórica e notadamente privilegia homens brancos e heterossexuais para serem narradores e comentaristas.

Por fim, a terceira categorização de violência, a cultural, é a mais “sutil”. Vítimas e agressores não são tão facilmente identificáveis, e nem ocupam o mesmo espaço-tempo. A violência cultural representa a institucionalização dos dois tipos anteriores, já que tacitamente legitima, justifica, naturaliza e autoriza, por meio de produtos culturais e discursos sociais e institucionais, a violência direta e a violência estrutural.

Nesse contexto, a comunicação tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos. Da mesma maneira com que a violência trespassa a ponta do iceberg de forma silenciosa e devastadora, atingindo os seus níveis mais profundos, a paz pode ter características semelhantes: ela pode ser ensinada e aprendida, até que se intrique na cultura e crie nela longas raízes. (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 1).

Palhares e Schwartz (2015), que abordam a violência no futebol à luz do referencial teórico galtungiano, identificam casos de violência cultural no futebol brasileiro, praticados por vários agentes. Em uma ponta, por exemplo, torcedores são perpetradores dessa tipologia de

violência ao naturalizar, por meio de cânticos homofóbicos, sexistas e xenofóbicos, agressões contra determinados grupos (ABEL, 2019; CASTRO, 2019).

Por sua vez, os mesmos torcedores são vítimas de violência cultural quando há uma progressiva elitização dos estádios, aumentos nos preços dos ingressos, proibição de comparecimento a jogos em determinadas situações e criminalização velada por parte da imprensa e da sociedade, como tem acontecido no Brasil – o que tem motivado extensa literatura acadêmica (SIMÕES, 2019). Não é raro ouvir expressões clichês como “vândalos travestidos de torcedores”, “a família precisa voltar aos estádios”, “o torcedor de bem não é afetado”, o que contribui para legitimar determinadas opiniões e preconceitos a respeito de torcedores – organizados ou não (ORLANDO, 2019).

Mas a violência cultural no futebol e no esporte vai além disso. Quando a emissora de televisão consegue que partidas sejam marcadas para as 22h, pois este é um horário mais adequado e nobre para a grade de programação, independentemente de possibilidades de transporte para os torcedores que vão aos jogos ou a despeito do horário que os telespectadores precisam acordar no dia seguinte, pode-se dizer que há violência cultural. Outro exemplo seria a questão do monopólio das transmissões esportivas (BELAN; NAPOLITANO, 2011).

O mesmo acontece quando toda a estrutura do esporte favorece o crescimento financeiro somente de determinadas modalidades e clubes, asfixiando times menores (equipes sediadas fora das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e categorias menos midiáticas (futebol feminino, modalidades olímpicas, jogos coletivos além do futebol).

A violência ocorre por intermédio de dois mecanismos principais: a mudança da cor moral dos atos e a opacidade da realidade. Desconsiderar as violências do tipo estrutural e cultural cometidas contra o torcedor é tornar a realidade opaca, mudando assim a cor moral dos fatos, como o preço dos ingressos, as condições de infraestrutura física dos estádios, o horário dos jogos, o tratamento dispensado ao torcedor, a disponibilidade de transporte, o cambismo, o abuso de autoridade, a corrupção, entre tantos outros. (...) Poderiam, portanto, ser naturalizadas, encaradas como pertencentes, “naturais” ao futebol, “coisas do futebol”. Logo, análises restritas da violência, como evidencia Galtung (1969), pegam somente o peixe pequeno, deixando o gráudo escapar. Portanto, as violências estrutural e cultural presentes no futebol brasileiro não são resultados do acaso. (PALHARES; SCHWARTZ, 2015, p. 118)

Palhares e Schwartz (2015) evidenciam, portanto, que o debate a respeito da violência do esporte não deve abranger somente a violência física, como costuma acontecer, pois isso relegaria a segundo plano uma parte importante da discussão. Para eles, outras formas de violência, praticadas por vários tipos de atores do futebol, devem ser consideradas. Caso contrário, o debate estaria contribuindo para manutenção da violência estrutural e da violência cultural, os quais podem até mesmo ter consequências mais severas que a violência direta.

Além das classificações sobre violência, Galtung também se voltou a compreender o conceito de paz. Em resumo, para o pesquisador, a paz pode ser compreendida numa perspectiva negativa ou positiva, ou ainda como cultura de paz. A paz negativa é a ausência de violência direta, mas manutenção das formas menos visíveis de violência (estrutural e cultural). A paz positiva remete à ausência das violências direta e estrutural, em um cenário mais justo e que respeite as necessidades humanas básicas. Já a cultura de paz se configura como uma alternativa à violência cultural, assunto da próxima seção do artigo.

3 ESTUDOS PARA A CULTURA DE PAZ E COMUNICAÇÃO

Além de ter produzido publicações no contexto dos estudos para a paz, Galtung fundou em 1959, em Oslo, na Noruega, o Instituto de Pesquisa de Paz (Peace Institute Research). Ao longo dos anos, o campo ganhou representatividade investigativa e críticas. Aos poucos, se consolidou como uma disciplina acadêmica interdisciplinar.

Segundo Ferreira (2019), os estudos para a paz, desde o início, se interessaram por pesquisar não apenas os meandros políticos que envolviam as grandes potências, mas também questões econômicas e sociais que até então eram vistas como secundárias. Toda essa mudança de perspectiva surgiu principalmente após as duas guerras mundiais e durante a Guerra Fria.

Wallensteen (2001, p. 9-10, *apud* FERREIRA, 2019, p. 59) diz que os estudos para a paz têm o objetivo de compreender as causas, mitigar ou eliminar a violência. É um campo que deve ser sensível a circunstâncias locais e mudanças históricas, fugindo das narrativas predominantes. Ou seja, nos estudos para a paz, a ciência deve contribuir para a compreensão e ressignificação das inúmeras formas de violência que atingem todas as sociedades.

Os estudos para a paz estão incluídos em rotinas de pesquisa pelo mundo e constituem um “guarda-chuva” multidisciplinar e multicultural que abriga diversas áreas do conhecimento, a comunicação dentre elas.

[...] por seu caráter multidisciplinar, todos os campos do conhecimento podem contribuir para o avanço das investigações sobre a paz. A comunicação não seria uma exceção: ela é parte inerente de todos os seres humanos e pode ser usada para infindáveis propósitos. A comunicação é uma ferramenta fundamental para a manutenção de uma guerra ou para seu fim e, assim sendo, estratégias comunicacionais podem – e devem – ser utilizadas em contexto de conflitos. (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 1)

A comunicação atua como agente de socialização e geradora de cultura (GONZÁLEZ; LÓPEZ, 2012). Sendo assim, os acontecimentos e as visões retratadas pela comunicação têm o poder de influenciar a sociedade, com a possibilidade de instaurar domínios simbólicos, legitimar comportamentos, instigar ações e naturalizar determinados atos. Como toda a comunicação (imprensa, cinema, internet e outras plataformas) está associada aos poderes financeiros, políticos e sociais vigentes, é certo que alguns interesses podem ser privilegiados em detrimento de outros nos produtos comunicacionais.

Assim, guerras, conflitos, ataques e preconceitos podem ser propagados com viés positivo pela comunicação. A proposta da comunicação para a paz percorre justamente o caminho contrário. Nos Aldás e Seguí-Cosme e Machota (2008), *apud* Cabral e Salhani (2017), explicam que a comunicação para a paz deve cultivar as relações pacíficas e favorecer formas responsáveis de ação social e discursos de paz.

A comunicação para a paz deve dar preferência ao conceito de paz positiva em relação ao de paz negativa. As ocorrências de conflito e violência não devem ser abordadas a partir de estereótipos ou discursos pré-concebidos, de uma única maneira, mas a partir do contexto em que estão inseridas. Não se prega a resolução fácil de conflitos, mas uma transformação dinâmica.

Salinas (2014) destaca que a comunicação para a paz deve ser guiada por quatro princípios orientadores: reflexão acerca dos problemas estruturais; debate sobre alternativas de mudança social; reconhecimento da diversidade; fomento de cidadania ativa. A comunicação para a paz preza pelo pluralismo de ideias, pelo respeito às diferenças e pela possibilidade de dar voz a todos. E é nesse contexto que está inserido o jornalismo para a paz.

4 JORNALISMO PARA A PAZ

O jornalismo para a paz está inserido no contexto da comunicação para paz. O termo *Peace Journalism* foi inicialmente formulado por Galtung nos anos 1970, mas foi na década de 1990 que a nomenclatura e a definição passaram a ganhar mais difusão (CABRAL; SALHANI, 2017).

Shinar (2008) aponta que a mídia exerce função fundamental na promoção da paz, da democracia e do desenvolvimento, o que enseja as pesquisas em torno de um jornalismo voltado para a paz, que tem como objetivo equilibrar e qualificar as representações e as construções da realidade produzidas pela mídia e de fomentar um posicionamento crítico. É um tipo de jornalismo que tenta abordar as situações de maneira ampla, contextualizada, com mais justiça e equilíbrio, não se resumindo a uma busca por audiência ou por interesses políticos e econômicos. Obviamente que nesse percurso há desafios imensos a serem enfrentados.

No caso de cobertura de conflitos, prossegue Shinar (2008), o jornalismo para a paz busca expor os antecedentes e contextos, em uma cobertura midiática mais transparente em relação a processos, efeitos e consequências. O jornalismo para a paz, ou JP, como chama o autor, não se atém somente a fontes oficiais, pois cria espaços legítimos para manifestação para todas as partes envolvidas e interessadas.

Resultados bem sucedidos desse processo podem levar a um discurso mais equilibrado e criatividade no trabalho prático de reportagem diária, além de proporcionar uma consciência diferente acerca da produção e do consumo da mídia. A ênfase que o JP dá à história e às implicações de conflitos desencoraja a cobertura de determinado conflito como um simples evento local, regional ou global, e incentiva o estudo de conflitos como um processo. A experiência leva a pensar que a adoção do JP pode chamar a atenção e opinião do público para o impacto e ameaças dos conflitos; com otimismo, satisfaz a demanda por cobertura mais equilibrada e encoraja interpretações alternativas e reflexão crítica. (SHINAR, 2008, p. 44)

Shinar (2008) enxerga o jornalismo voltado para a paz como meio fundamental na promoção de estruturas democráticas de comunicação, o que poderia contribuir para tornar o desenvolvimento mais eficiente, reduzir desigualdades socioeconômicas, reduzir a corrupção e a exploração e aumentar o respeito social, especialmente em relação às figuras mais fragilizadas socialmente. O autor acrescenta que o JP é alvo de críticas conceituais, teóricas, éticas e profissionais, principalmente pelas dificuldades de aplicação prática, mas ressalta a necessidade de fortalecer esse campo jornalístico.

Cabral e Salhani (2017) resgatam que o jornalismo de guerra é objeto de extensa literatura, enquanto o jornalismo para a paz ainda está em desenvolvimento enquanto campo de estudo e práxis profissional. Outro ponto abordado pelos autores é o de que há uma associação histórica entre mídia e violência, já que muitas vezes a cobertura é sensacionalista ou criminosos e tiranos são tratados como celebridades. Além disso, a violência e os conflitos são explorados midiaticamente, mas quase nunca soluções são apresentadas.

Assim, o jornalismo para a paz surge para tentar levar novos parâmetros à imprensa, pois prega igualdade, rigor e equilíbrio nas coberturas. A qualidade dos conteúdos prevalece no lugar de interesses econômicos (CABRAL; SALHANI, 2017).

O jornalismo tem a tendência de reportar somente a visão de fontes oficiais, eventos em vez de processos e dualismo em relação às partes envolvidas nos conflitos (maniqueísmo), como afirmam Lynch e McGoldrick (2007) (...). Por isto, os autores colocam o jornalismo de guerra como um tipo de enquadramento que omite que jornalistas conspirariam para influenciar o público a apoiar guerras, já que este tipo de convenção noticiosa construída acerca de conflitos, muito comum, levaria-nos a supervalorizar respostas violentas e menosprezar as não-violentas. Por outro lado, Hanitzsch (2004 apud HANITZSCH, 2007) coloca o enquadramento do jornalismo para a paz como socialmente responsável, capaz de contribuir no processo de *peacemaking* e *peacekeeping*. (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 11).

Marcado por ser socialmente responsável e por contribuir para alcançar e manter a paz, o jornalismo para a paz é praticado por muitos jornalistas, ainda que alguns profissionais não saibam ou desconheçam a nomenclatura. O desafio é propagar os preceitos do jornalismo para a paz, o que esbarra no pouco tempo disponível para apurar informações e produzir reportagens aprofundadas e humanizadas, tendo em vista o pouco espaço disponível em mídia e na formação insuficiente dos jornalistas.

O jornalismo para a paz é lento, pois demanda esforço jornalístico, investimento financeiro e preparação profissional. Dentro desse conceito, é impossível oferecer um noticiário em tempo real ou um minuto a minuto, demandas cada vez mais recorrentes na sociedade contemporânea acelerada (CABRAL; SALHANI, 2017). O jornalismo para a paz caminha na contramão disso, já que publica reportagens sobre temas complexos e que envolvem muitas partes, pregando um abandono da superficialidade, da simplificação e da demonização recorrentes no noticiário tradicional e hegemônico.

Praticar um jornalismo voltado para a paz não significa ignorar as guerras, os conflitos e a violência, mas modificar a abordagem ao se referir a esses acontecimentos, apontando os interesses que, porventura, estejam motivando e mostrando que há pessoas e grupos trabalhando para a construção da paz. Também não significa dar apenas notícias boas, mas fortalecer valores humanos, morais e éticos na cobertura midiática.

A área do jornalismo para a paz recebe, constantemente, críticas a respeito da objetividade jornalística. O jornalismo, não importa sua especialidade ou por quem seja feito, baseia-se em escolhas (de enquadramentos, de fontes, de linguagem, de fotografias etc.). Não se nega que o Peace Journalism tome partidos, mas quem o exerce o faz buscando a humanização e a compreensão. Na prática jornalística, há sempre um posicionamento por trás: pode ser a empresa, os lucros ou o combate ao sofrimento humano; o importante é informar o público (NOS ALDÁS, 2016). Para Xavier Giró (2016, n.p.), “não há problemas em entender qual é a direção das soluções mais justas para transformar os conflitos e reduzir o sofrimento. Se não o fizermos, agimos como uma biruta, que aponta para onde o vento soprar com mais intensidade”. (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 13).

Shinar (2008) pondera que a mídia, se engajada para a promoção da paz, pode se constituir como promotora da democracia e do desenvolvimento. O autor pensa que a regulamentação de mídias, dentro de contextos democráticos, deve ser incentivada. O pesquisador baseia-se em dois pressupostos: o de que a mídia profissionalizada e competente pode prevenir conflitos e pode tornar grupos menos inclinados à violência; e o de que a mídia independente é útil à democracia e ao pluralismo, contribuindo para a solução de conflitos.

Com base em Lynch e McGoldrick (2000), Cabral e Feltrin (2020) mostram que o “jornalismo de violência”, oposto ao jornalismo pela paz, foca mais a violência direta dos conflitos, inclusive com detalhes, mas não trata a respeito das causas da disputa. As construções discursivas desse tipo de prática noticiosa tendem ao maniqueísmo, principalmente ao mostrar apenas um ou poucos lados dos fatos, com foco em elites e fontes oficiais. Além disso, o jornalismo de violência é orientado para a vitória, já que prescinde sempre de um vencedor e de um perdedor, não de ações para a transformação dos conflitos.

Por outro lado, prosseguem Cabral e Feltrin (2020, p. 11), o jornalismo para a paz “busca compreender os entremeios”. Nesta perspectiva, mais transparente, os efeitos obscuros do conflito também são evidenciados. O jornalismo para a paz também cria espaços legítimos de expressão e manifestação costumeiramente negligenciadas, ainda que envolvidas ou

influenciadas pelo conflito. Com isso, os fatos podem ser compreendidos de maneira mais ampla e em sua complexidade. Por fim, o cotidiano profissional do jornalismo para a paz é orientado para a transformação dos conflitos, de modo que os noticiários apresentem caminhos para a ressignificação da violência e estimulem práticas pacíficas.

Também em uma linha mais prática, Shinar (2008) sugere diversas medidas para a promoção do jornalismo para a paz, com o treinamento das equipes de jornalistas, promoção de conferências e intercâmbios, engajamento de repórteres e redações, incentivo às mídias independentes, diversificação das mídias (em detrimento de monopólios), reforço da ética jornalística, apoio à igualdade de oportunidades na mídia para grupos étnicos, sociais, religiosas, culturais e regionais, entre outras propostas.

5 POR UM JORNALISMO ESPORTIVO PARA A CULTURA DE PAZ

Como o jornalismo para a paz ainda é um campo em desenvolvimento, que requer um diálogo multi e transdisciplinar para amadurecer teórica e empiricamente (CABRAL; SALHANI, 2017), por que não lançar a proposta de discussão a respeito de aproximações teóricas entre o próprio jornalismo para a paz e o jornalismo esportivo, originando aquilo que seria um jornalismo esportivo para a cultura de paz?

O esporte e o jornalismo esportivo têm grande importância no Brasil e no mundo. A nível global, por exemplo, a Olimpíada de 2012, de Londres, foi vista por 3,6 bilhões de telespectadores; a Copa do Mundo do Brasil, em 2014, foi acompanhada por 3,2 bilhões de pessoas (FORBES, 2018).

No contexto nacional, tem-se que transmissões esportivas e programas esportivos, notadamente com centralidade no futebol, ocupam boa parte da grade de programação de emissoras abertas e fechadas. Há canais de TV a cabo destinados exclusivamente a esporte. Isso sem contar as seções nos jornais, as rádios, as publicações especializadas, os sites e as mídias independentes.

Como o esporte não está dissociado da sociedade em que está inserido, também é atingido por inúmeras formas de violência direta, estrutural e cultural: brigas de torcedores, ofensas machistas, xenofóbicas, racistas, homofóbicas e preconceituosas, domínio de homens brancos na tomada de decisões, elitização no acesso aos estádios e várias outras situações.

Como o esporte está permeado por camadas de violência, justifica-se a ideia de pensar em um jornalismo esportivo para a cultura de paz.

Embora o esporte ofereça diversas possibilidades de abordagem sobre violência, este artigo opta, ao apresentar uma discussão teórica a partir das contribuições do jornalismo para paz e do jornalismo esportivo, por uma proposta teórica de um jornalismo esportivo para a cultura de paz, entendendo a violência no futebol como principal vetor dos argumentos aqui apontados. Isso não significa negligenciar ou menosprezar os outros tantos tipos de violência que cercam o mundo do esporte, mas trata-se de uma escolha de foco em virtude da limitação de espaço.

A violência praticada por torcedores de futebol é um fenômeno histórico, mundial, multifatorial. Não existe uma única explicação nem uma única solução para o problema. Diversos autores e autoras no Brasil e no exterior já se dedicaram a estudar o assunto (MURAD, 2017; GIULIANOTTI, 2010; ELIAS, DUNNING, 1992; HOLLANDA, REIS, 2014; TOLEDO, 1996).

Murad (2017) aponta que o Brasil é o líder mundial de mortes de torcedores: foram 176 óbitos entre 1999 e 2016. Por outro lado, segundo o mesmo pesquisador, apenas 3% das ocorrências violentas relacionadas ao futebol em 2015 e 2016 tiveram aplicação de sanções previstas em lei. Vê-se, portanto o, que o problema é grave e estrutural, mas o país apresenta índices elevados de práticas violentas. Isso não significa que o Brasil seja “naturalmente” agressivo. O Manifesto de Sevilha (UNESCO, 1989) trata sobre o não determinismo biológico da violência, prerrogativa que é aqui adotada. Não se trata de naturalizar a violência brasileira, mas apontar que este é um fenômeno social que deve ser estudado, no caso, especialmente quando a violência é associada ao futebol.

Historicamente, o jornalismo esportivo brasileiro sempre abordou com superficialidade a violência no futebol, que conforme os parâmetros de Galtung (2003) poderia ser definida como direta, estrutural e cultural. Para a mídia em geral, sempre foi mais fácil apontar culpados (em geral, torcidas organizadas) e se apoiar em respostas imediatistas que supostamente solucionariam o problema (proibições da existência de torcidas organizadas, aumento dos preços dos ingressos, recrudescimento de ações policiais, restrições à presença de torcedores) que se aprofundar nas causas e especificidades das violências associadas à modalidade.

Até mesmo pensadores de âmbito internacional já denunciaram a fragilização do jornalismo esportivo, que tende a tratar o esporte mais como um entretenimento para a população que como um elemento integrante da vida em sociedade. Em análise sobre os Jogos Olímpicos de 1988, em Seul, Bordieu (1997) já apontava uma despolitização do jornalismo esportivo, o qual se atrelava mais a fatores econômicos que a uma prática jornalística investigativa. Já Eco (1984) batizou de “falação esportiva à enésima potência” os comentários da imprensa esportiva sobre a própria imprensa esportiva, denunciando as intermináveis discussões que não conduziram o público a nada proveitoso.

Em vez de um esvaziamento crítico no jornalismo esportivo a respeito da violência no futebol, como parece acontecer na mídia do Brasil, toda a complexidade do tema deveria requerer apontamentos mais embasados, aprofundados e cuidadosos a respeito do assunto, o que poderia passar pela absorção de conceitos do jornalismo para a paz, formando a corrente do jornalismo esportivo para a cultura de paz.

Conforme visto anteriormente, o jornalismo para a paz prega a prática profissional midiática socialmente responsável e capaz de contribuir para alcançar e manter a paz, focando e ouvindo todas as partes envolvidas, abandonando a superficialidade, esquecendo a demonização de uns ou outros e deixando de lado o maniqueísmo.

Como o futebol é um dos espaços societários permeados por violência, os preceitos do jornalismo para a paz podem ser apropriados pela mídia esportiva. Afinal, o JP não se restringe à cobertura de guerras, mas alcança qualquer tipo de conflito.

Nas páginas e nos programas esportivos, essa mudança de rota não significaria deixar de reportar e comentar os atos transgressores cometidos por torcedores de futebol, mas tentar ampliar o leque da cobertura a respeito dos acontecimentos conflituosos. Não basta exhibir as cenas de brigas e exigir punições aos responsáveis: deve-se abordar o assunto a partir de vários olhares e tentar entender o fenômeno a partir de sua complexidade.

Lopes e Palhares (2016) pesquisam o papel dos meios de comunicação na construção da paz no futebol e lançam as bases para o que o presente artigo propõe chamar de jornalismo esportivo para a cultura de paz. Além de vincularem a violência no futebol às classificações de violência direta, estrutural e cultural de Galtung, os autores veem que a busca por audiência, pelo furo e pela agilidade na transmissão de informações provocam uma perda de qualidade no jornalismo esportivo.

No tempo acelerado dos meios de comunicação, há pouco espaço para debates mais aprofundados sobre as diversas razões para a formação dos conflitos sociais. Ao analisar a cobertura midiática dos confrontos violentos no futebol argentino, Alabarces (2012: 102, tradução nossa) é taxativo: “os meios não oferecem, em suma, explicações. Se limitam a montar listas de adjetivos e coleções de anedotas”. As próprias perguntas feitas pelos jornalistas tendem a simplificar demasiadamente os conflitos no futebol e gerar respostas insatisfatórias. Por exemplo: em diversas entrevistas e participações no rádio e na televisão, perguntaram para nós – autores do presente estudo – sobre qual seria o melhor caminho para solucionar a violência entre as torcidas organizadas de futebol: a prevenção ou a repressão. Além dessas possibilidades não serem, obviamente, excludentes, o problema não se reduz, de maneira alguma, a essas torcidas. Pelo contrário, envolve, também, a polícia, os dirigentes esportivos, as autoridades públicas e a própria imprensa. (LOPES; PALHARES, 2016, p. 161)

Ou seja, se duas torcidas entram em confronto, o trabalho jornalístico não deve se restringir à cobertura do conflito ou à busca de respostas rápidas que tentem explicar o cenário. Os infratores podem ser apontados, caso haja uma identificação oficial, mas há outros fatores a abordar: como foi o trabalho de prevenção à briga? Como agiu a polícia? Qual foi a estrutura propiciada pelos clubes? Entre os torcedores que brigaram, havia algum que não poderia, por força de ordem judicial, estar presente ao estádio? Os torcedores tinham antecedentes de violência no futebol e continuam impunes?

É preciso que o jornalismo esportivo seja atuante, incisivo e crítico, que trabalhe de modo contínuo e não se atenha somente às fontes oficiais (autoridades policiais, promotores públicos, dirigentes esportivos). Ao comentar a violência no futebol, é necessário expandir o olhar, abrir espaço para os torcedores organizados e para os torcedores comuns, muitos dos quais se associam em coletivos com demandas e visões específicas.

Um jornalismo orientado para a paz cultural, todavia, não deveria conceber a paz como um “cessar fogo”, em que uma das partes elimina ou domina a outra. Afinal, como já vimos, para Galtung (2003), a paz não se confunde com mera ausência de violência pessoal. A paz, para ser plena (ou “positiva”, em termos galtungianos), não pode alimentar a violência estrutural. Assim, tal jornalismo deveria aproveitar o potencial criativo que nasce dos conflitos entre os diversos atores envolvidos com o espetáculo futebolístico para transformá-los pacificamente. Também deveria valorizar os exemplos de convivência entre contrários e preocupar-se com a reconciliação desses atores (Giró, 2007). Além disso, ao invés de explorar de forma sensacionalista os confrontos violentos no espetáculo futebolístico, um jornalismo orientado para a paz

cultural deveria atuar preventivamente, de modo a se antecipar a eles. Com muita frequência, os meios de comunicação abordam esses confrontos apenas após eles eclodirem. No entanto, melhor seria se eles promovessem um amplo debate sobre o assunto antes e durante a temporada de futebol e mostrassem não apenas aquilo que tem sido feito para reduzir esses confrontos, mas, também, apontassem para novas possibilidades de abordagem do problema. Com isso, o público teria um diagnóstico mais preciso da situação e, bem informado, poderia pressionar os responsáveis pela organização do espetáculo futebolístico para elaborarem medidas mais justas, democráticas e eficazes. (LOPES; PALHARES, 2016, p. 161).

Para Lopes e Palhares (2016), é necessário que a mídia esportiva deixe de reportar a violência no futebol somente quando brigas, vandalismo ou mortes acontecem, ou seja, apenas no ápice dos acontecimentos, mas de maneira aprofundada e permanente. Não se trata de esconder ou camuflar a violência direta, tanto a praticada como a direcionada contra os torcedores. Contudo, é preciso que o jornalismo esportivo dê atenção às violências estrutural e cultural que atingem o futebol e seus torcedores, as quais legitimam e naturalizam a violência direta.

Orlando (2019), por exemplo, evidencia que os jornais “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, quando noticiaram a respeito da torcida única no futebol, em geral não levaram em consideração fatores socioculturais da violência no futebol em suas reportagens. Torcida única é uma medida, em vigor no estado de São Paulo desde abril de 2016, que determina que alguns jogos de futebol (os mais importantes, os chamados clássicos paulistas, que envolvem Palmeiras, Corinthians, São Paulo e Santos, além de Ponte Preta e Guarani) sejam realizados com presença somente de torcedores da equipe visitante, em possível inconstitucionalidade e em flagrante ato de violência estrutural e cultural.

O breve exemplo sobre violência no futebol mostra que há espaço no jornalismo esportivo para a adoção das práticas e medidas propostas pelo jornalismo para a paz. Um jornalismo esportivo para a cultura de paz seria fundamental para visões diferenciadas em relação às várias violências que atingem o esporte brasileiro e mundial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se um jornalismo para a cultura de paz é necessário para lançar um olhar crítico e amplo para os conflitos que envolvem o Brasil e o mundo, um jornalismo esportivo para a cultura de paz também é fundamental para desnaturalizar tais violências. A mídia esportiva ocupa espaço

importante na rotina noticiosa brasileira, e a violência não deixa de ser um dos pontos de atenção do jornalismo especializado em esportes: de maneira recorrente, vê-se repercussão de brigas de torcedores, xingamentos, ofensas e manifestações preconceituosas.

Contudo, é preciso que o jornalismo esportivo vá além de reportar a violência direta e passe também a se ocupar da violência estrutural e violência cultural, oferecendo uma diversidade mais abrangente, justa e democrática a respeito das inúmeras violências registradas no mundo do esporte. Para isso, a apropriação, pelo jornalismo esportivo, de preceitos do jornalismo para a paz seria uma alternativa viável.

A partir da retomada de conceituações sobre violência, paz, estudos para a paz e jornalismo para a paz, este artigo buscou justificar e endossar a viabilidade e a necessidade de aproximações teóricas e empíricas que resultem em um jornalismo esportivo para a cultura de paz.

As possibilidades acadêmicas em torno desta área são amplas, então fica a expectativa de que este artigo possa embasar e inspirar desdobramentos, pesquisas e críticas. Ainda que o presente texto tenha partido de breve exemplo a respeito de violência entre torcedores de futebol para sugerir a adoção de um jornalismo esportivo para a paz, as possibilidades são variadas, o que pode e deve ser explorado academicamente.

São frequentes as associações do esporte com machismo, homofobia, racismo, xenofobia, elitismo e outras manifestações de violência direta e estrutural. Como muitas vezes a mídia age no sentido de justificar ou legitimar essas violências, existe também uma evidente violência cultural nesse meio, e um jornalismo esportivo para a cultura de paz poderia ajudar a expor e reverter essas práticas.

Mesmo que muitas vezes o esporte e o próprio jornalismo esportivo ocupem espaços de entretenimento no cotidiano das pessoas, não se pode negar que as práticas esportivas têm suas dimensões políticas, sociais e culturais. Isso significa que não se deve aceitar que a mídia esportiva seja tomada somente por questões cotidianas das modalidades e dos atletas, por quadros cômicos e experiências leves. Como o esporte está fortemente inserido em situações de violência direta, estrutural e cultural e sua relação com questões interseccionais, é essencial que o jornalismo incorpore o compromisso em defesa da desnaturalização de violências e a responsabilidade pela cultura de paz.

REFERÊNCIAS

ABEL, J. **Bicha**: homofobia estrutural no futebol. Natal: Primeiro Lugar, 2019.

BELAN, B. B.; NAPOLITANO, C. J. A regulação jurídica constitucional dos meios e a monopolização das transmissões esportivas. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 79-95, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/c&i.v14i1.21503>.

BORDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, v. 20, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.1371>.

CABRAL, R.; FELTRIN, D. A homofobia em tempos de polarização política: uma análise de conteúdo embasada no Jornalismo para a paz. **Revista Temática**. v. 16, n. 5, maio de 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2020v16n05.52071>.

CASTRO, E. **Relatório aponta aumento nos casos de preconceito e discriminação racial no futebol**. 14 set. 2019. Disponível em: globoesporte.globo.com/pe/futebol/noticia/relatorio-aponta-aumento-de-casos-de-preconceito-e-discriminacao-racial-no-futebol.ghtml. Acesso em: 1 ago. 2020.

ECO, U. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992

FERREIRA, M. A. S. V. As origens dos estudos para paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. Aracaju: UFS, 2019.

FORBES. **9 eventos esportivos com mais audiência da história**. 14 jun. 2018. Disponível em: forbes.com.br/listas/2018/06/9-eventos-esportivos-com-mais-audiencia-da-historia. Acesso em 10 ago. 2020.

GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. G. Introducción. In: GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. C. (Orgs.). **Comunicación y cultura de paz**. Editorial Universidad de Granada: Granada, 2012. p. 15-23.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, Londres, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: www.jstor.org/stable/423472. Acesso em: 1 ago. 2020.

GALTUNG, J. Peace Studies: a ten point primer. In: HUNTER, A. (Org.). **Peace Studies in the Chinese century**. Ashgate, 2006. p. 15-20.

GALTUNG, J. Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses. **Journal of Peace Research**, Londres, v. 22, n. 2, p. 141-58, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1177/002234338502200205>.

GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, Londres, v. 6, n. 3, p. 167-91, 1969. Disponível em: www.jstor.org/stable/422690. Acesso em: 1 ago. 2020.

GALTUNG, J. Violence, war, and their impact: on visible and invisible effects of violence. In: **Polylog: Forum for Intercultural Philosophy**, 5, 2004, Viena. Disponível em: www.engagingconflict.it/ec/wpcontent/uploads/2012/06/GaltungViolence-war-and-their-impact.-on-Visibleand-invisibleeffects-of-Violence.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

GALTUNG, J. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

HOLLANDA, B. B. B.; REIS, H. H. B. (Org.). **Hooliganismo e Copa de 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

LOPES, F. T. P.; PALHARES, M. F. S. O papel dos meios de comunicação na construção da paz no futebol. **Revista Alterjor**, v. 13, n. 1, p. 149-167, 2 maio 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/107827/112736. Acesso em: 1 ago. 2020.

MCGOLDRICK, A.; LYNCH, J. **Peace Journalism** – What is it? How to do it? 2000. Disponível em goo.gl/YSMTuj. Acesso em 10 de ago. 2020.

MURAD, M. **A violência no futebol**: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas. 2. ed. São Paulo: Benvirá, 2017.

ORLANDO, M. R. **Torcida única no futebol paulista**: uma análise da cobertura da "Folha de S.Paulo" e do "O Estado de S. Paulo". 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019. Disponível em: hdl.handle.net/11449/183287. Acesso em: 1 ago. 2020.

PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. “**Não é só a torcida organizada**”: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SALINAS, A. I. A. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3075>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SHINAR, D. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, ano XI, n. 21, 2008, p. 39-48. Disponível em: seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/596. Acesso em: 1 ago. 2020.

SIMÕES, I. **Clientes versus rebeldes**: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

TOLEDO, L. H. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados, 1996.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (1989): **Manifesto de Sevilla**. Documento difundido pela Conferência geral da UNESCO – 25ª sessão, Unidade Cultura de Paz. Paris, França, 16 de novembro de 1989.